



**MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA SADC (SEOM)
À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

DECLARAÇÃO

FEITA PELA

**S.E. MAITE NKOANA MASHABANE,
MINISTRA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO DA
REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**CHEFE DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA SADC
A
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

17 DE OUTUBRO DE 2014

- Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE);
- Vossas Excelências Embaixadores Acreditados pela República de Moçambique;
- Membros do Corpo Diplomático;
- Estimados Líderes dos Partidos Políticos;
- Estimados Membros das Missões de Observação;
- Membros da Mídia;
- Ilustres Convidados; e
- Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Sejam bem-vindos a este encontro que tem como objectivo partilhar as conclusões preliminares da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) sobre as Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 2014. Agradeço a todos por honrar o nosso convite.

A SADC atribui grande importância à realização de eleições credíveis, pacíficas, transparentes, livres e justas em todos os Estados Membros. Para realizar essas eleições, a nossa comunidade é orientada pelos princípios e orientações que regem as eleições democráticas da SADC.

Estamos conscientes do facto que as eleições não são um fim em si mesmas, mas fazem parte do processo destinado a reforçar e consolidar a democracia em nossa região.

O objectivo da Missão de Observação é testemunhar até que ponto as eleições em nossos Estados-Membros estão em conformidade com os Princípios e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas da SADC. O objectivo é também observar as limitações e as melhores práticas na condução das eleições em nossos Estados-Membros, com o objectivo de melhorar a qualidade dos nossos processos eleitorais.

Na sequência do convite do Governo da República de Moçambique, Sua Excelência Jacob Gedleyihlekisa Zuma, Presidente da República da África do Sul, na sua qualidade de Presidente do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, nomeou, como Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da República da África do Sul para chefiar a SEOM para a República de Moçambique. Assistida por outros membros da Troika do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC que é o Embaixador Julius Metsing, representando o Reino do Lesoto e o Embaixador Kaire Mbuende da República da Namíbia, Presidentes Entrante e Cessante do Órgão respectivamente.

De acordo com a prática estabelecida, o Secretariado da SADC enviou uma missão de pré-avaliação para Moçambique, sob os auspícios do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC). No seu relatório, o SEAC descobriu que o ambiente da República de Moçambique era propício para a realização de eleições gerais.

No dia 03 de Outubro de 2014, foi lançada a SEOM e 145 observadores foram distribuídos em todas onze (11) províncias da República de Moçambique. Seguiram de perto os eventos e preparativos pré-eleitorais, incluindo comícios políticos e cobertura mediática das eleições.

Na condução de sua observação, a SEOM consultou várias partes interessadas para apreciar os processos eleitorais, assim como o enquadramento legal, segurança e o ambiente político da República de Moçambique.

Os interessados incluídos, entre outros, são:

1. Comissão Nacional de Eleições (CNE);
2. Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE);
3. Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional;
4. Presidente do Tribunal Constitucional;
5. Embaixadores;
6. Os Principais partidos políticos, a saber; FRELIMO, MDM e RENAMO;

7. União Africana (UA);
8. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e outras Missões de Observação Eleitoral.
9. Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA);
10. Organizações da Sociedade Civil e da Mídia.

As consultas com a CNE providenciou a SEOM uma compreensão clara da disponibilidade da instituição para organizar, gerir e realizar eleições credíveis.

Foram levantadas preocupações e solicitaram esclarecimentos às autoridades competentes. Destas preocupações são:

- alegada parcialidade da imprensa na lateral do Estado a favor do partido no poder;
- alegado abuso dos recursos do Estado;
- Intimidação;
- Incidentes de violência em Gaza, Nampula e Zambézia;
- Denúncias de Detenções de agentes de partidos políticos;
- Educação eleitoral inadequada, especialmente nas áreas rurais;
- Alegada parcialidade da Polícia a favor do partido no poder; e
- Cenário pós-eleitoral e aceitação do resultado das eleições pelos partidos políticos.

A maioria destes problemas foram resolvidos através dos esforços conjuntos da CNE, partidos políticos e as partes interessadas.

A SEOM constatou ainda que após a perda de caixas de boletins de voto a caminho de estações de voto na Zambézia, no dia 03 de Outubro de 2014, os boletins de voto recuperados e remanescentes foram destruídos na presença de partidos políticos e outras partes interessadas, incluindo os observadores eleitorais. Novos boletins de voto com novos números foram impressos e enviados para a província relevante. Gostaríamos de felicitar a CNE e liderança dos partidos políticos pela sua acção rápida para restaurar a confiança do processo eleitoral.

É importante sublinhar que apesar das preocupações levantadas, a observação da SEOM é de que estas preocupações não eram de tal natureza ao ponto de afectar a credibilidade global do processo eleitoral.

A SEOM observou que a votação foi realizada de forma aberta e transparente. O processo de votação foi observado por, entre outros, representantes dos partidos, segurança, pessoal de gestão eleitoral, assim como observadores locais e internacionais, em conformidade com as leis eleitorais de Moçambique. A SEOM observou a paciência dos eleitores em expressar seu direito de voto de forma pacífica.

A SEOM observou a abertura e encerramento das mesas de voto que foi feito em conformidade com as disposições das Leis Eleitorais da República de Moçambique. De uma maneira geral, os materiais de votação estavam nas diversas assembleias de voto visitadas.

Há que se melhorar as disposições das assembleias de voto para facilitar o fluxo fácil de eleitores.

De realçar que as Assembleias de voto abriram as 07H00 e encerraram às 18H00 e os eleitores que ainda estavam nas filas no momento de encerramento foram autorizados a votar.

A SEOM observou, ainda, que a contagem dos votos começou imediatamente após o encerramento das assembleias de voto. Isso foi feito na presença de representantes dos partidos políticos, bem como os observadores nacionais e internacionais. Os resultados foram lidos em voz alta e/ou exibidos na assembleia de voto, de acordo com as disposições das leis eleitorais da República de Moçambique.

Vossas Excelências,

Com base nas suas observações, a SEOM conclui que as Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 2014 da República foram de modo geral pacíficas, livres, justas, transparentes e credíveis, assim, reflectindo a vontade do povo de Moçambique, de acordo com as Leis Nacionais Eleitorais e os Princípios e Directrizes da SADC que regem as eleições democráticas.

A SEOM agradece a cooperação entre todos os partidos políticos e as partes interessadas eleitorais pela criação de um ambiente propício a fim de se realizar eleições bem sucedidas. Permitiu que o povo de Moçambique pudesse exprimir de forma livre o exercício do seu direito democrático.

A SEOM insta todos os partidos políticos e outras partes interessadas a respeitar a vontade do povo da República de Moçambique.

Por fim, em nome do Presidente do Órgão de cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, Sua Excelência, Jacob Gedleyihlekisa Zuma Presidente da República da África do Sul, A SEOM felicita o povo da República de Moçambique pela maneira como se comportaram durante o processo eleitoral e desejamos que fiquem em paz.

OBRIGADA A TODOS